



## PERFIL DOS CIDADÃOS ADMITIDOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO E A PRÁTICA DA CONCILIAÇÃO MEDICAMENTOSA

Maria Emília Carneiro de Oliveira; Bruno Rodrigues Alencar; Aline Silva Gomes Xavier;  
Tatiane de Oliveira Silva Alencar; Silvone Santa Bárbara da Silva Santos

*Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS*

alencarbruno@yahoo.com.br

**Introdução:** A conciliação é um método importante para racionalização do uso de medicamentos, capaz de evitar erros de medicação e promover a segurança do cidadão quando o mesmo é atendido por diversos profissionais de saúde em diferentes setores e serviços, sendo capaz de reduzir em cerca de 70% os erros de medicação. Os **objetivos** da pesquisa foram: descrever o perfil dos cidadãos admitidos na emergência de um hospital público da Bahia, Brasil enfatizando os aspectos relacionados ao uso de medicamentos antes da admissão hospitalar e; identificar a incidência de discrepâncias de conciliação medicamentosa. **Metodologia:** Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e transversal, realizado em um hospital público baiano, com os cidadãos admitidos nos meses de abril e maio de 2014 que participaram de uma das atividades de acolhimento e classificação de risco, promovidas pelo Pet-Saúde Urgência e Emergência da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista estruturada. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram organizados em um banco computadorizado e processados através do SPSS 15.0. A pesquisa atendeu à Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS. **Resultados e discussão:** Foram entrevistados 130 cidadãos, 59% do sexo feminino, idade média de 55 anos. Os principais motivos da internação: dores (23,8%), edema (11,5%); Acidente Vascular Cerebral (10%); traumas (7,7%) entre outros. 66,1% possuíam doença crônica, 96,5% (n=83) utilizavam medicamentos de maneira contínua e 3,5% apesar de possuir doença crônica não utilizavam medicamento. Dos cidadãos que utilizavam medicamentos continuamente, apenas 37,8% levaram para o hospital todos os medicamentos, 71,6% não levaram prescrição médica e apenas 8,5% levaram algum cartão ou folha com anotações sobre os mesmos. Os cidadãos citaram 258 medicamentos de 78 tipos, sendo os hipoglicemiantes, anticoagulantes e anti-hipertensivos os mais utilizados. Sobre o uso contínuo de medicamentos, 81,9% informaram no hospital durante a admissão, porém em apenas 14,4% dos prontuários continham todos os medicamentos. Dos 130 cidadãos, apenas 59% (n=77) que utilizavam medicamentos de forma contínua em domicílio antes da admissão participaram da etapa de verificação da conciliação. Desses, a maioria eram mulheres (62,3%), idade média de 60 anos e as doenças que causaram mais internações foram hipertensão (76,6%) e diabetes (42,8%). A incidência de discrepâncias de conciliação foi de 100% e a prática da conciliação ocorreu em 23,4% dos prontuários para alguns medicamentos e em 6,5% para todos. O número total de medicamentos envolvidos nas discrepâncias foi 465, sendo encontrada uma média de 1,83 discrepâncias por cidadão. Ao todo foram encontradas 141 discrepâncias, sendo que 50,34% não requeriam esclarecimentos com o prescritor e 49,66% requeriam esclarecimentos. **Conclusões:** A falta de informações no momento da internação revela resultados preocupantes, já que a maioria dos prontuários não continham dados essenciais para uma adequada terapia medicamentosa, revelando falhas na comunicação e documentação. Para esse enfrentamento, a instituição da prática da conciliação medicamentosa pode diminuir os erros de medicação, custos e readmissões hospitalares, proporcionando maior segurança aos cidadãos.

**Palavras-chave:** conciliação medicamentosa, discrepâncias, segurança do paciente.



## Introdução

Para um melhor diagnóstico e tratamento do cidadão é imprescindível que os profissionais de saúde conheçam o perfil de uso de medicamentos pelos cidadãos admitidos no hospital. Para isso, são necessários acolhimento e comunicação adequada a fim de se obter o máximo de informações. A conciliação é um método importante para racionalização do uso de medicamentos, capaz de evitar erros de medicação e promover a segurança do cidadão quando o mesmo é atendido por diversos profissionais de saúde em diferentes setores e serviços (WHO, 2007; BRASIL, 2013; BRASIL, 2014).

A conciliação medicamentosa consiste na obtenção de uma lista completa e atualizada de medicamentos utilizados pelo cidadão em domicílio, para ser comparada com prescrições médicas realizadas na admissão, transferência ou alta hospitalar, com o objetivo de detectar discrepâncias, ou seja, variações entre o uso habitual do medicamento antes, durante e após os cuidados hospitalares. Essas discrepâncias podem ou não necessitar de esclarecimentos e intervenções (SERRANO et al., 2012; SOLER-GINER et al., 2011).

O estudo de Ketchum, Grass e Padwojski (2005) revela que a conciliação medicamentosa é capaz de reduzir em cerca de 70% os erros de medicação. Murphy e colaboradores (2009) também evidenciaram redução nos erros de medicação no centro cirúrgico e em Unidades de Terapia Intensiva de 90% para 47% e de 57% para 33%, respectivamente, após a conciliação medicamentosa. Em vista destas evidências positivas, a *Joint Commission for Accreditation of Health Care Organization*, a maior agência de acreditação dos Estados Unidos e com atuação internacional, colocou a conciliação medicamentosa como critério essencial para a acreditação de hospitais desde 2006 (SOLER-GINER et al., 2011).

Os **objetivos** da pesquisa foram descrever o perfil dos cidadãos admitidos na emergência de um hospital público do Estado da Bahia, Brasil enfatizando os aspectos relacionados ao uso de medicamentos antes da admissão hospitalar e; identificar a incidência de discrepâncias de conciliação medicamentosa no setor de emergência de um hospital público da Bahia, Brasil e classificar os tipos de discrepâncias.

## Metodologia

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e transversal, realizado em um hospital público baiano, com os cidadãos admitidos nos meses de abril e maio de 2014 que participaram de uma das atividades de acolhimento e classificação de risco, promovidas pelo Pet-Saúde Urgência e Emergência da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista estruturada com um formulário contendo



questões sobre o perfil dos cidadãos e outro para a análise dos prontuários. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram organizados em um banco computadorizado e processados através do SPSS 15.0.

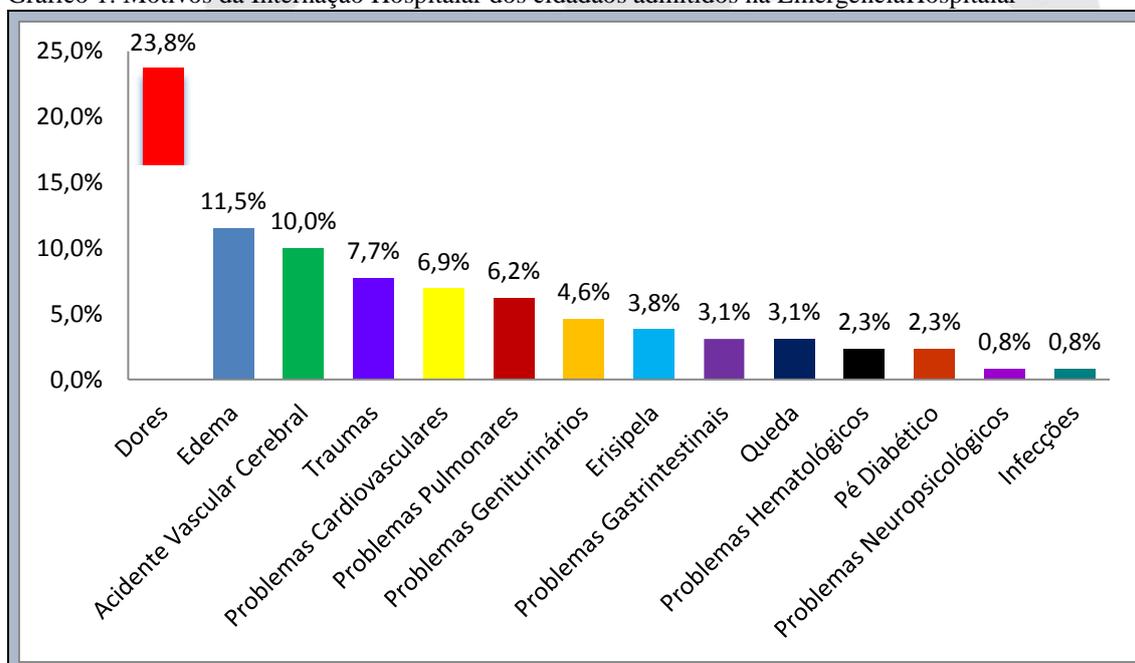
A pesquisa atendeu à Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS (Parecer nº 615.362/2014).

## Resultados e discussão

### 1) Perfil dos cidadãos admitidos na emergência de um hospital público da Bahia:

Foram entrevistados 130 cidadãos, 59% do sexo feminino, idade média de 55 anos. Os principais motivos da internação: dores (23,8%), edema (11,5%); Acidente Vascular Cerebral (10%); traumas (7,7%) entre outros (Gráfico 1).

Gráfico 1: Motivos da Internação Hospitalar dos cidadãos admitidos na Emergência Hospitalar

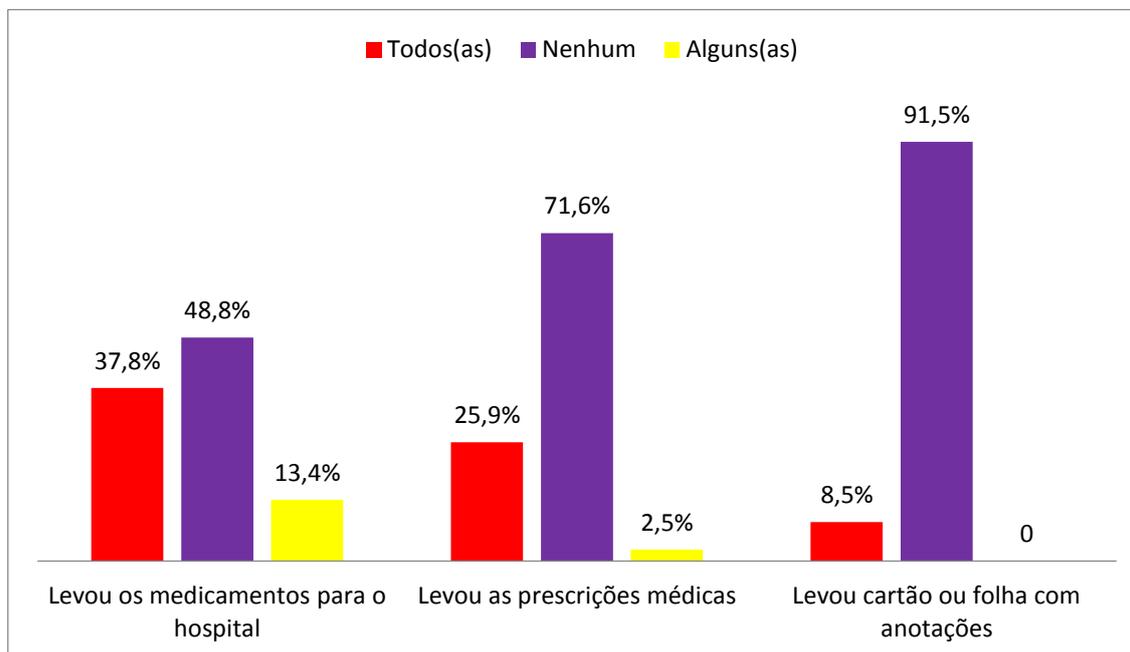


Fonte: os autores

Entre os entrevistados 66,1% possuíam doença crônica, 96,5% (n=83) utilizavam medicamentos de maneira contínua e 3,5% apesar de possuir doença crônica não utilizavam medicamento.

Dos 83 cidadãos que utilizam medicamentos continuamente, apenas 37,8% levaram para o hospital todos os medicamentos, 71,6% não levaram prescrição médica e apenas 8,5% levaram algum cartão ou folha com anotações sobre os mesmos. Em relação ao nome, apresentação e dose dos medicamentos, apenas 33,7% conheciam todas as informações; 28,9% algumas e 37,3% nenhuma (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Informações relativas aos medicamentos de uso crônico



Fonte: os autores

Sobre a comunicação com o médico no primeiro atendimento, 72,3% informaram que o profissional perguntou sobre o uso pregresso de medicamentos; 20% não perguntou e 7,7% não souberam responder.

Os cidadãos citaram 258 medicamentos de 78 tipos, sendo os hipoglicemiantes, anticoagulantes e anti-hipertensivos os mais utilizados. Sobre o uso contínuo de medicamentos, 81,9% dos cidadãos informaram no hospital durante a admissão, porém em apenas 14,4% dos prontuários continham todos os medicamentos. 19,2% dos cidadãos já apresentaram alergia a medicamento ou planta medicinal, mas esse fato não foi registrado.

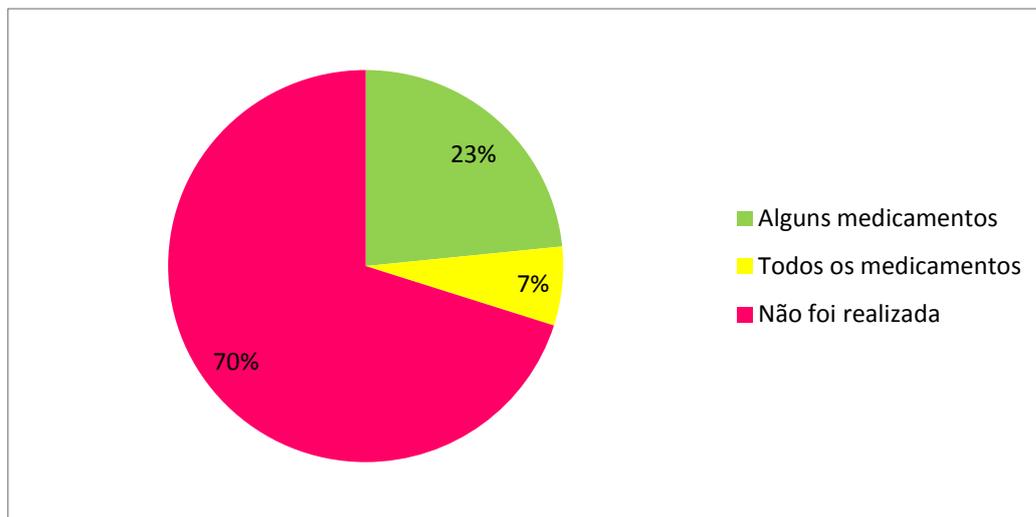
Quanto ao uso de medicamentos antes de procurar a emergência 51,5% dos cidadãos utilizaram medicamentos no mesmo dia e 36,2% plantas medicinais por conta própria (61,7%).

## 2) Discrepâncias de conciliação medicamentosa na emergência de um hospital da Bahia:

Dos 130 cidadãos entrevistados, apenas 59% (n=77) que utilizavam medicamentos de forma contínua em domicílio antes da admissão participaram dessa etapa. A maioria eram mulheres (62,3%), idade média de 60 anos e as doenças que causaram mais internações foram hipertensão arterial sistêmica (76,6%), diabetes (42,8%), cardiopatias (15,6%), lesão renal (10,4%, câncer (3,9%), dislipidemia (3,9%), anemia falciforme (2,6%), depressão (2,6%), doença autoimune (1,3%) e outras (9,1%).

A incidência de discrepâncias de conciliação foi de 100% e a prática da conciliação ocorreu em 23,4% dos prontuários para alguns medicamentos e em 6,5% para todos. Em 70,1% dos casos a prática não foi realizada (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Prática da Conciliação Medicamentosa nos prontuários dos cidadãos admitidos no hospital

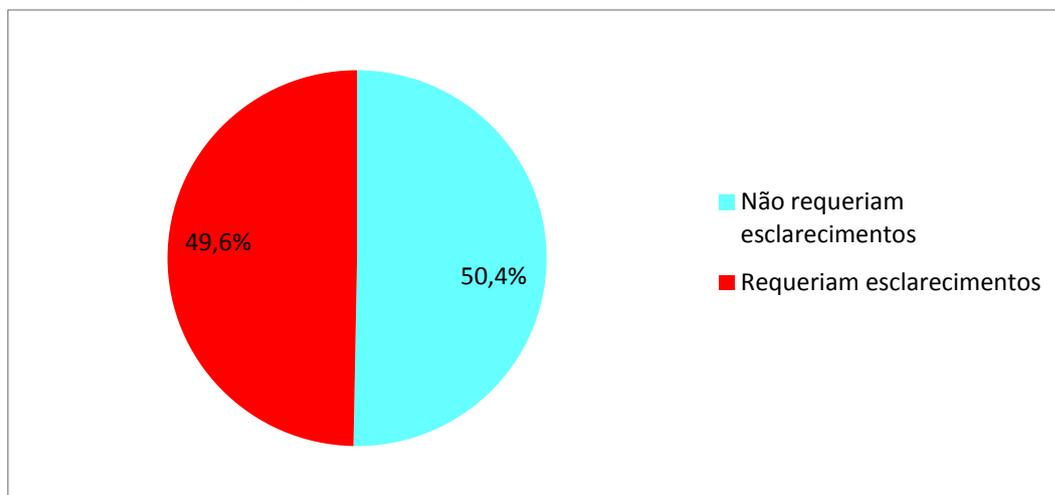


Fonte: os autores

O número total de medicamentos envolvidos nas discrepâncias foi 465, sendo encontrada uma média de 1,83 discrepâncias por cidadão. Ao todo foram encontradas 141 discrepâncias, sendo que 50,34% não requeriam esclarecimentos com o prescritor e 49,66% requeriam esclarecimentos (Gráfico 4).

No estudo de Domingos (2013), 43,8% correspondiam a discrepâncias que requeriam esclarecimentos e 56,2% não requeriam esclarecimentos.

Gráfico 4 – Tipos de Discrepâncias



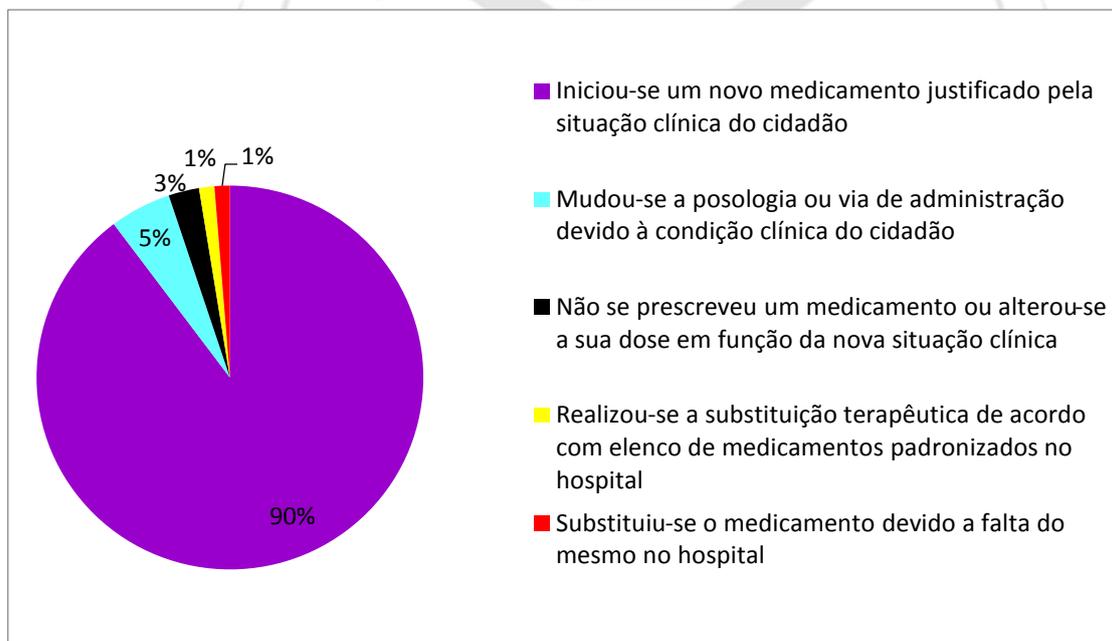
Fonte: os autores



Em relação à necessidade de esclarecimentos ou não com o prescritor, 70,1% (n= 54) dos cidadãos tiveram discrepâncias que não requeriam esclarecimentos para todos os medicamentos envolvidos; 22,1% (n= 17) não requeriam esclarecimentos para alguns medicamentos. Apenas 7,8% (n= 6) dos prontuários não requeriam esclarecimentos para nenhum medicamento. Resultado semelhante foi encontrado em outros estudos, que obtiveram entre 50% a 80% de discrepâncias que não precisavam de esclarecimentos (GLEASON et al., 2004; CORNISH et al., 2005; TAM et al., 2005; LESSARD; DEYOUNG; VAZZANA, 2006; LIZER; BRACKBILL, 2007; ROURE et al., 2007; SLAIN; KINCAID; DUNSWORTH, 2008; NUEZ; TORNER; SÁNCHEZ, 2009).

Quanto à classificação das discrepâncias que não requeriam esclarecimentos, 89,74% (n=70) iniciaram um novo medicamento justificado pela situação clínica do cidadão; 5,13% (n=4) mudaram a posologia ou via de administração devido a condição clínica; 2,56% (n=2) não prescreveram um medicamento ou alteraram a sua dose em função da nova situação clínica; 1,28% (n=1) realizaram a substituição terapêutica de acordo com elenco de medicamentos padronizados no hospital e 1,28% (n=1) substituíram o medicamento devido a falta do mesmo no hospital (Gráfico 5).

Gráfico 5: Classificação das Discrepâncias que não requeriam esclarecimentos



Fonte: os autores

Em estudos realizados em um Hospital Universitário do Brasil, 24,9% das discrepâncias



encontradas foram relacionadas à inclusão de um novo medicamento justificado pela situação clínica do usuário, 46,4% foram interrompidos ou sofreram mudança de posologia ou via de administração devido à situação clínica do usuário e 11,0% foram relacionadas com a substituição de acordo com o elenco de medicamentos padronizados no hospital (MAGALHÃES et al., 2014).

No estudo de Domingos (2013), 7,5% das discrepâncias foram relacionadas à mudança de posologia ou via de administração devido à condição clínica do cidadão e 25,0% correspondeu à mudança de medicamento devido à padronização do hospital.

Em relação ao número de discrepâncias por pessoa, dos prontuários que possuíam discrepâncias que não requeriam esclarecimentos, 88,7% (n=63) possuíam apenas uma; 9,9% (n=7) duas e 1,4% (n=1) três discrepâncias.

As classes de medicamentos mais envolvidos nas discrepâncias que não requeriam esclarecimentos foram: hipoglicemiantes, antiulcerosos, antieméticos, anticoagulantes, anti-hipertensivos, anti-inflamatórios, antibióticos quinolônicos e analgésicos, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Medicamentos mais envolvidos nas discrepâncias que não requeriam esclarecimentos

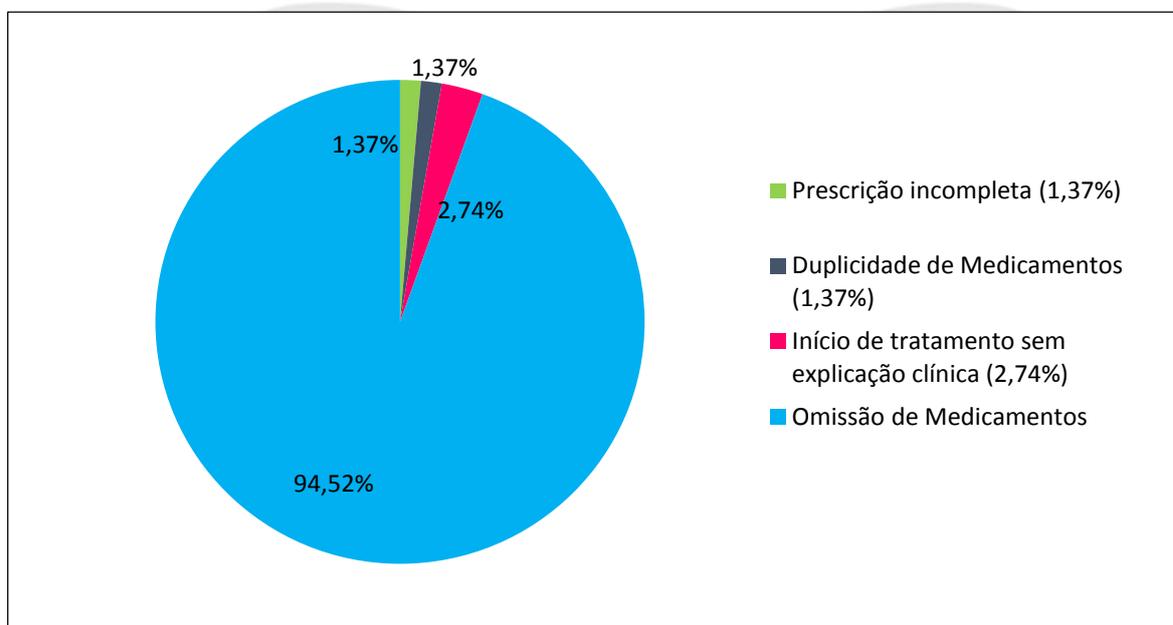
<b>APARELHO DIGESTIVO E METABOLISMO</b>	<b>21,5% (n=56)</b>
Antieméticos	35,7% (n=20)
Antiulcerosos	28,7% (n=16)
Hipoglicemiantes	25,0% (n=14)
Vitaminas	5,3% (n=3)
Outros	5,3% (n=3)
<b>SANGUE E ÓRGÃOS HEMATOPOIÉTICOS</b>	<b>14,2% (n=37)</b>
Anticoagulantes	94,6% (n=35)
Outros	5,4% (n=2)
<b>APARELHO CARDIOVASCULAR</b>	<b>28,5% (n=74)</b>
Antihipertensivos	71,6% (n=53)
Hipocolesterolêmicos	10,8% (n=8)
Glicosídeos	10,8% (n=8)
Cardiotônicos	2,7% (n=2)
Outros	4,1% (n=3)
<b>MEDICAMENTOS DERMATOLÓGICOS</b>	<b>1,92% (n=5)</b>
Anti-inflamatórios	100% (n=5)
<b>ANTI INFECCIOSOS GERAIS PARA USO SISTÊMICO</b>	<b>11,1% (n=29)</b>
Antibióticos Quinolônicos	34,5% (n=10)
Antibióticos Lincossâmicos	31,0% (n=9)
Antibióticos Cefalosporínicos	17,2% (n=5)
Antibióticos Penicilínicos	10,3% (n=3)
Outros	7,0% (n=2)
<b>SISTEMA MÚSCULO ESQUELÉTICO</b>	<b>1,15% (n=3)</b>
Anti-inflamatórios	100% (n=3)
<b>SISTEMA NERVOSO</b>	<b>17,3% (n=45)</b>
Analgésicos	88,9% (n=40)

Antiepilépticos	8,9% (n=4)
Anticonvulsivantes	2,2% (n=1)
<b>OUTROS</b>	<b>4,33% (n=11)</b>

Fonte: os autores

Quanto às discrepâncias que requeriam justificativas, 90,9% (n=70) das prescrições as apresentaram. Dessas, 1,37% (n=1) estavam relacionadas à prescrição incompleta; 1,37% (n=1) duplicidade de medicamentos; 2,74% (n=2) início de tratamento sem explicação clínica e 94,52% (n=69) de omissão de medicamentos, relacionado às falhas na coleta de dados relacionados à história medicamentosa dos cidadãos (Gráfico 6).

Gráfico 63: Classificação das Discrepâncias que Requeriam Esclarecimentos



Fonte: os autores

Esses dados estão de acordo com a literatura em que a maioria das discrepâncias identificadas na conciliação medicamentosa está relacionada à omissão de medicamentos. Segundo Pippins e outros (2008), 60% correspondia à omissão de medicamentos, no estudo de Salanitro e outros (2012), esse valor correspondia a 40% e no estudo de Domingos (2013) foi de 90,2%. Não se encontrou discrepâncias por diferente dose, via ou frequência sem explicação clínica; medicamento equivocado; manutenção de um medicamento contra indicado para a situação clínica. Não foi avaliada a interação medicamentosa.

No momento da internação hospitalar a falta de informações completas pode levar à interrupção ou inadequação da terapia medicamentosa e a falta de comunicação com o usuário na elaboração do histórico de medicamentos no momento da internação podem levar a erros



de prescrição durante a estada hospitalar (FRIZON, 2014). As discrepâncias correspondentes à omissão de medicamentos que os cidadãos estavam a tomar antes da sua hospitalização são as mais prevalentes e apareceram entre 60% a 80% das prescrições (PIPPINS et al., 2008; HELLSTROM et al., 2012; SPALLA, 2013; LOPEZ-MARTIN et al., 2014; PATEL; WELCHEL; THOMPSON, 2014). Quanto à prescrição incompleta, em estudo realizado na Unidade Médica de Corta Estância do Hospital Geral de Elda, 42% das prescrições apresentaram essa discrepância que necessita de justificativa (PRATS et al., 2008).

Os medicamentos mais envolvidos nas discrepâncias que requererem esclarecimentos foram das seguintes classes terapêuticas: hipoglicemiantes, anticoagulantes, anti-hipertensivos, benzodiazepínicos e antidepressivos, como indicado no Quadro 2.

Quadro 2: Medicamentos mais envolvidos nas discrepâncias que requerem esclarecimentos

<b>APARELHO DIGESTIVO E METABOLISMO</b>	<b>25,9% (n=52)</b>
Hipoglicemiantes	82,7% (n=43)
Antiulcerosos	9,6% (n=5)
Outros	7,7% (n=4)
<b>SANGUE E ÓRGÃOS HEMATOPOIÉTICOS</b>	<b>8,0% (n=16)</b>
Anticoagulantes	62,5% (n=10)
Outros	37,5% (n=6)
<b>APARELHO CARDIOVASCULAR</b>	<b>50,2% (n=101)</b>
Antihipertensivos	85,1% (n=86)
Hipocolesterolêmicos	6,9% (n=7)
Cardiotônicos	4,9% (n=5)
Outros	3,1% (n=3)
<b>SISTEMA NERVOSO</b>	<b>7,5% (n=15)</b>
Benzodiazepínicos	33,3% (n=5)
Antidepressivos	26,7% (n=4)
Anticonvulsivantes	13,3% (n=2)
Antipsicótico	6,7% (n=1)
Outros	20,0% (n=3)
<b>OUTROS</b>	<b>8,4% (n=17)</b>

Fonte: os autores

Os medicamentos mais envolvidos foram de uso contínuo e assumem grande importância no tratamento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes mellitus e dislipidemias, que se interrompidos podem levar a piores desfechos clínicos e pior qualidade de vida. Isso pode provocar o aumento dos gastos com atenção secundária e terciária, por na maioria das vezes levar ao aumento das doses dos medicamentos, proporcionando maior risco de efeitos adversos para os cidadãos, além de descompensar essas doenças.

Em relação ao quantitativo de discrepâncias que requerem esclarecimentos, 95,7% (n=67) dos prontuários dos cidadãos possuíam apenas uma discrepância e 4,3% (n=3) duas.



O número total de medicamentos envolvidos nas discrepâncias foi 465, sendo 1,3% (n=1) da prescrição com um medicamento envolvido; 9,1% (n=7) com dois; 9,1% (n=7) com três; 16,9% (n=13) com quatro; 11,7% (n=9) com cinco; 7,8% (n=6) com seis; 14,3% (n=11) com sete; 7,8% (n=6) com oito; 7,8% (n=6) com nove; 9,1% (n=7) com dez; 2,6% (n=2) com onze; 1,3% (n=1) com doze e também 1,3% (n=1) totalizou treze medicamentos. Na população estudada, observou-se uma média de 1,83 discrepâncias por cidadão.

Os resultados encontrados nesse estudo alertam para um problema de saúde pública, sendo preciso implantar estratégias para melhorar a atuação do serviço e garantir a segurança do usuário. Além de reduzir custos e diminuir as readmissões hospitalares, a conciliação medicamentosa pode melhorar os cuidados prestados aos cidadãos nas transições entre os níveis de cuidados em saúde.

Existem instrumentos que podem ser utilizados a fim de ajudar na coleta de dados da história farmacoterapêutica do cidadão, favorecendo, portanto, a conciliação medicamentosa nos ambientes de saúde, como por exemplo, a lista de conciliação de medicamentos e treinamentos. Os treinamentos com a equipe de saúde são importantes, pois, é possível apresentar os principais benefícios que a prática pode trazer para o ambiente de trabalho, a fim de garantir de uma forma melhor a segurança do profissional, bem como do usuário. O incentivo do trabalho em equipe, o diálogo constante, reuniões para discussão de casos e principalmente incentivar a institucionalização da prática da conciliação medicamentosa.

### **Conclusões**

A falta de informações no momento da internação revela resultados preocupantes, já que a maioria dos prontuários não continham dados essenciais para uma adequada terapia medicamentosa, revelando falhas na comunicação e documentação. Para esse enfrentamento, a instituição da prática da conciliação medicamentosa, a partir de uma equipe multiprofissional treinada pode diminuir os erros de medicação, custos e readmissões hospitalares, proporcionando maior segurança aos cidadãos.

Além dos médicos e enfermeiros, os farmacêuticos também podem contribuir nos serviços de urgência e emergência na coleta dos dados farmacoterapêuticos, documentação em prontuário, na identificação, intervenção e prevenção dos problemas relacionados a medicamentos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos. Brasília, DF, 1. ed. 45 p. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília, DF, 1. ed. 40 p. 2014.

CORNISH, P. L.; et al. Unintended medication discrepancies at the time of hospital admission. *Arch. intern. med*, Canadá, v. 165, n. 4, p. 424-429, jul. 2005.

DOMINGOS, S. C. F. Discrepâncias na medicação e reconciliação terapêutica em doentes internados: uma avaliação descritiva. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Farmácia Hospitalar) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

FRIZON, F.; SANTOS, A. H.; CALDEIRA, L. F.; MENOLLI, P. V. S. Reconciliação de Medicamentos em Hospital Universitário. *Rev enferm UERJ*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 454-460, jun. 2014.

GLEASON, K. M.; et al.. Reconciliation of discrepancies in medication histories and admission orders of newly hospitalized patients. *Am. j. health system pharm*, [S.l.], v. 61, n. 16, p. 1689-1695, 2004.

HELLSTROM, L. M.; BONDESSON, A.; HOGLUND, P.; ERIKSSON, T. Errors in medication history at hospital admission: prevalence and predicting factors. *BMC clin. pharmacol*, Kalmar, v. 12, n. 9, p. 1-9, abr. 2012.

KETCHUM, K.; GRASS, C. A.; PADWOJSKI, A. Medication reconciliation: verifying medication orders and clarifying discrepancies should be standard practice. *Am. j. nurs*, USA, v. 105, n. 1, p. 78-85, nov. 2005.

LESSARD, S; DEYOUNG, J; VAZZANA, N. Medication discrepancies affecting senior patients at hospital admission. *Am J. Health Syst Pharm*, La Crosse, v. 63, p. 740-743, abr. 2006.

LIZER, M. H.; BRACKBILL, M. L. Medication history reconciliation by pharmacists in an inpatient behavioural health unit. *Am J. Health Syst Pharm*, Winchester, v. 64, n.10, p. 1087-1091, maio 2007.

LOPEZ-MARTIN, C.; AQUERRETA, I.; FAUS, V.; IDOATE, A. Conciliación de La medicación em El paciente crítico. *Med. intensiva*, Marbella, v. 38, n. 5, p. 283-287, 2014.

MAGALHÃES, G. F.; SANTOS, G. B. N. C.; ROSA, M. B.; NOBLAT, L. A. C. B. Medication Reconciliation in Patients Hospitalized in a Cardiology Unit. *PLos ONE*, Itália, v. 9, n. 12, p. 1-12, dez. 2014.

MURPHY, E. M.; et al. Medication reconciliation at an academic medical center: implementation of a comprehensive program from admission to discharge. *Am J. Health Syst Pharm*, [S.l.], v. 66, n. 23, p. 2126-2131, dez. 2009.

NUEZ, C. R.; TORNER, M. Q. G.; SÁNCHEZ, O. D. (coord). Guia para la implantación de programas de Conciliación de la Medicación em



centros sanitários. Societat Catalana de Farmacia Clínica, 2009. Disponível em: <[http://www.sefap.org/media/upload/arxiu/formacion/aula\\_fap\\_2010/bibliografia/Guia\\_conciliacion\\_medica\\_SCFC.pdf](http://www.sefap.org/media/upload/arxiu/formacion/aula_fap_2010/bibliografia/Guia_conciliacion_medica_SCFC.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2014.

PATEL, S. M.; WELCHEL, W.; THOMPSON, A. N. Evaluation of Pharmacist-Managed Medication Reconciliation Process after Hospital Discharge at an Internal Medicine Clinic. *J. pharm. pharmacol, USA*, v. 2, p. 482-488, 2014.

PIPPINS, J. R.; et al. Classifying and predicting errors of inpatient medication reconciliation. *J. gen. intern. med, Boston*, v. 23, n. 9, p. 1414-22, jun. 2008.

PRATS, C. H.; et al. Conciliation Discrepancies at Hospital Discharge. *Aten. prim, Espanha*, v. 40, n. 12, p. 597-602, mai. 2008.

ROURE, C.; et al. Intervención Del farmacêutico en la mejora del manejo perioperatorio de la medicación habitual de los pacientes quirúrgicos. *Circ. farm, [S.l.]*, 2007.

SALANITRO, A. H.; et al. Effect of patient – and medication – related factors on inpatient medication reconciliation erros. *J. gen. intern. med, USA*, v. 27, n. 8, p. 924-932, fev. 2012.

SERRANO, S. J. L.; GARCIA-ESCRIBANO, L. S.; ZARCA, G. M. T. CARRERAS, M. M. I. Conciliacion de la medicacion. *Bolet. Farmacot. Castilha-La Mancha, Mancha*, v.13, n.1, p. 1-8, 2012.

SLAIN, D.; KINCAID, S. E.; DUNSWORTH, T. S. Discrepancies between home medications listed at hospital admission and reported medical conditions. *Am. j. geriatra. pharmacother, USA*, v. 6, n. 3, p. 161-166, ago. 2008.

SPALLA, L. R. Reconciliação de Medicamentos: um relato de caso. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Farmácia) – Pós Graduação em Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SOLER-GINER, E.; et al. Calidad de la recogida de la medicación domiciliaria en urgencias: discrepancias en la conciliación. *Farm. Hosp, Espanha*, v. 35, n. 4, p. 165-171, maio 2011.

TAM, V. C.; et al. Frequency, type and clinical importance of medication history errors at admission to hospital: a systematic review. *Can. Med. Assoc. J, Toronto*, v. 173, n. 5, p. 510-515, ago. 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Patient Safety Solutions Preamble – May 2007. Genebra; 2007. Disponível em: <<http://www.who.int/patientsafety/solutions/patientsafety/Preamble.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.